

FILOSOFIA COMO ESTRATÉGIA: ESTUDO DE CASO EM GONÇALVES DE MAGALHÃES

PHILOSOPHY AS STRATEGY: A CASE STUDY IN GONÇALVES DE MAGALHÃES

Felipe LUIZ

Doutor em filosofia pela UFSCAR.
E-mail: gumapoldo51@yahoo.com.br

RESUMO:

O presente estudo apresenta a articulação de quatro ideias da filosofia brasileira. A primeira, de Cruz Costa, de que a filosofia naturalmente desemboca na política. A segunda, de Corbisier, segundo a qual as teorias espiritualistas são conservadoras. A terceira, de que a filosofia ocupa um papel de guia na elaboração da ideologia nacional, ideia de Vieira Pinto. Por fim, a nossa própria, que toma que a filosofia deve ser entendida como uma estratégia. Do encontro dessas quatro concepções buscaremos interpretar um filósofo tupiniquim, Gonçalves de Magalhães, para mostrar como suas ideias podem ser bem explicadas por esse construto teórico.

PALAVRAS-CHAVE: Gonçalves de Magalhães. Vieira Pinto. Romantismo. Ecletismo. Estratégia.

ABSTRACT:

The present study shows the articulations between four ideas of the Brazilian philosophy. The first, from Cruz Costa, that philosophy naturally flows to politics. The second, from Corbisier, which states that spiritualists theories are conservatives. The third, that philosophy occupies a leading role in the elaboration of the national ideology, idea of Vieira Pinto. Finally, our own idea, which takes that philosophy, should be understood as a strategy. In the meeting of these four conceptions, we will try to understand another Brazilian philosopher, Gonçalves de Magalhães, to show how his ideas can be explained by this theoretical construct.

KEYWORDS: Gonçalves de Magalhães. Vieira Pinto. Romanticism. Ecletism. Strategy.

Introdução

O texto que segue é um estudo preparatório para um livro que ora elaboramos que pretende mostrar como a filosofia e a política se imbricaram no Brasil, de modo a dar azo a nossa interpretação particular da disciplina dos amigos do saber entendida como estratégia. Assim, por ora nos contentamos a buscar relacionar o pensamento de um Gonçalves de Magalhães com a monarquia brasileira, particularmente com o Segundo Império, tarefa que, embora não seja das mais difíceis, parece-nos

largamente ignorada entre os estudantes e profissionais da área, os quais desconhecem até mesmo a existência de Magalhães.

Na primeira parte, explicitamos nossas ideias-guia, expostas no primeiro parágrafo. Na segunda, introduzimos a questão do romantismo e do ecletismo no Brasil, teoria a qual mormente se liga Gonçalves de Magalhães. Posteriormente, adentramos na doutrina de Magalhães ele mesmo. Por fim, servidos os acepipes, buscamos relacionar Magalhães com a monarquia, nosso prato principal.

1. Cruz Costa e a filosofia como política

Cruz Costa é figura notável na história da filosofia no Brasil posto que, além de professor da maior universidade brasileira, a USP (Universidade de São Paulo), Cruz Costa foi o primeiro estudante de filosofia dessa instituição e um profícuo historiador das ideias filosóficas no Brasil. Em Uma entrevista de 1975 ele afirma o seguinte: “evidentemente, a filosofia conduz à política. Esta me parece o seu natural desembocadouro” (COSTA, 1975, p. 6). Sabe-se como se organizavam os antigos sistemas de filosofia: uma lógica, que redundava em uma filosofia da natureza, a qual subsidiava uma ética e política. Nesse sentido, a intuição de Cruz Costa não tem nada de nova: é velha como a própria filosofia.

Como toda filosofia trata de questões fundamentais, delas podem ser deduzidas teses políticas. Assim, observa Roland Corbisier, insigne intelectual do ISEB e ex-deputado brasileiro, que até mesmo a gnosiologia é condicionada politicamente.: “A rigor, a dicotomia entre sujeito e objeto, consciência e ser, corresponde a uma transposição, no plano do pensamento, à divisão das classes sociais, à dicotomia entre senhores e servos” (1975, p. 25). E acrescenta na sequência:

Compreende-se, assim, que as filosofias idealistas, que sustentam o primado do sujeito em relação ao objeto, ou da ideia em relação ao real, suscitem ideologias conservadoras, e que as filosofias materialistas, que defendem a primazia do objeto em relação ao sujeito, ou do real em relação ao ideal, suscitem, ao contrário, ideologias revolucionárias. A rigor, uma sociedade sem classes, em que todos trabalhassem e vivessem de seu trabalho, criaria uma nova situação existencial, pressuposto efetivo de uma nova gnosiologia, que representaria a superação dialética da dicotomia em questão (CORBISIER, 1975, p. 25).

Se até mesmo a epistemologia é política, mesmo lidando com conceitos como verdade e objetividade, aparentemente insuspeitos, é porque a filosofia ocupa um papel especial em uma formação política, como defende Álvaro Vieira Pinto. Para este isebiano compete ao filósofo algumas tarefas. Por exemplo, ao avaliar a situação da filosofia brasileira em meados do século passado, ele aquilata que

Não tivemos filósofos que desempenhassem o que seria o seu papel natural, o de sugerir aos diferentes especialistas, críticos dos fatos, artistas e reformadores das instituições, a superação dos próprios campos de pensamento ou de ação, e a formulação dos problemas nacionais no âmbito da visão histórica de conjunto (PINTO, 1960b, p. 12).

O papel do filósofo é sistematizar as ideias e dar-lhes coerência para que possa servir de fio diretor do processo de desenvolvimento nacional.

Toda mutação de cena, todo avanço histórico, é necessariamente produto das ideias que a cada instante do tempo humano são possuídas por um grupo social, e por isso mesmo inspiram certo projeto futuro. O projeto é igualmente uma ideia ainda não realizada, mas pensada em função das representações atuais, e só possível em razão delas. Não há liberdade de arbítrio na projeção do futuro, pois só tem significação, viabilidade e eficácia o projeto que decorre do que concebemos como realidade presente" (PINTO, 1960b, p. 20).

Vieira Pinto parece esposar a noção hodierna de que a filosofia deve ser entendida enquanto uma estratégia. O conceito de estratégia ora em uso é um todo particular, haurido das obras do filósofo francês Michel Foucault. Para este, o devir é belicoso e se resolve no prélio entre forças divergentes. Cada movimento nesse verdadeiro tabuleiro de xadrez social é tático, com repercussões estratégicas, quer dizer, de longo prazo. É no correr da pugna, que pode ser definida como o embate entre estratégias diferentes, que saberemos os resultados do processo. Nesse ínterim, a filosofia, enquanto saber o mais geral, ocupa papel fundamental, na medida em que ela busca subsumir a coisa ao conceito, quer dizer, enquadrar-lhe, buscar-lhe o fundamento, seu princípio. Em grego arcaico, princípio se diz *archê*; ao mesmo tempo, este vocábulo significa *comando, império*. A filosofia busca a *archê* das coisas porque ela busca o princípio que as comanda, o princípio comandante. Assim, aplicada às artes, às ciências, ao ser, etc., a filosofia intenta se adonar do fundamento último das coisas para, desta feita, poder controlá-las (LUIZ, 2021).

2. O romantismo e ecletismo no Brasil

Consumada a Independência, o Brasil vivia a anômala situação de ser a única monarquia em um continente de repúblicas. No plano das ideias, liberais e conservadores se enfrentavam. Liberal deve ser entendido em um sentido amplo, visto que alguns eram até mesmo revolucionários, no empuxo da Revolução francesa. Já os conservadores esposavam ideias mais tradicionais, como a defesa do poder moderador ou a união entre Estado e Igreja.

No plano filosófico, passávamos pelo nosso Iluminismo, como aponta Margutti (2020). As ideias de um Silvestre Pinheiro ainda faziam ressonar, mas era sobretudo na França que as elites brasileiras iam buscar guarida. Mudamos de metrópole; de Portugal fomos nos salvar no Hexágono, então em plena ebulição, como ademais toda Europa, que se debatia entre a reação da Santa Aliança, os dias contados do *ancien régime* e as forças progressistas. Ideias socialistas começavam a pulular e o principal rescaldo das guerras napoleônicas, a própria ideia de pertencimento nacional, principiava a dar resultados.

A revolução industrial avançava, as cidades inchavam e tudo isso refletia naturalmente no campo das ideias.

Assim, havia uma reação muito forte ao novo mundo em gestação. Diante das consequências do Iluminismo para a religião, para as artes (com a recuperação dos pressupostos clássicos) e para a filosofia, especialmente do papel proeminente dado à razão, conflagra-se um contragolpe que visa afirmar o sentimento, a afetividade, os impulsos. Destarte, temos lado a lado na Alemanha uma filosofia na qual a razão atinge seus píncaros, com Hegel, e outra reacionária, como reacionário era seu autor, na figura de Schopenhauer, com uma vontade indeterminada enquanto pedra de toque do mundo.

No plano literário, o romantismo vai se configurar como uma valorização do passado medieval, uma revivescência dos tempos das justas e gestas, em benefício da afirmação das nacionalidades. As monarquias, bem no espírito conservador do momento, são prezadas como verdadeiras guardiãs do espírito das nações.

O Brasil passa por um processo similar e diferente do europeu. Se, de um lado, a jovem nação busca se inspirar nos ideais liberais na busca de seu caminho, por outro ela vai beber no romantismo para se afirmar enquanto identidade. “Portanto, o Romantismo brasileiro foi inicialmente (e continuou sendo em parte até o fim) sobretudo nacionalismo” (CÂNDIDO, 2004, p. 35) e a figura que mais contribuiu no sentido de dotar o Brasil de uma cultura própria, considerando que, até 1822, éramos anexos à Portugal, foi Gonçalves de Magalhães, figura que, injustamente, foi obliterada até mesmo pelos conservadores, em benefício de nomes de quarto ou quinto escalão. Por isso, faremos breve apresentação histórica, a qual cremos necessária.

Domingos José Gonçalves de Magalhães nasceu no Rio De Janeiro, em 1811, já no período de presença da corte portuguesa. De saúde precária, dedicou-se primeiro à medicina, mas certamente gozou das benesses da presença da corte, que renovaram completamente a atmosfera cultural do Rio de Janeiro, então capital do Império português. Ligou-se de amizade com Torres Homem e Porto Alegre. Em 1833 vai para Paris, na França, onde se põe a par das últimas modas filosóficas. Quando retorna de Paris, em 37, já traz seu livro de poesias escrito, dedicado ao romantismo. Foi nomeado professor de filosofia do Colégio Pedro II, mas praticamente não professou o magistério, envolto que estava em outra sorte de tarefas. Posteriormente, foi agraciado com o título de Visconde do Araguaia. Falece em Roma, exercendo a diplomacia, em 1882 (CERQUEIRA, 2004)

Magalhães produziu uma revista, junto com Torres Homem e outros, no qual dava um programa teórico para o neófito país. A *Niterói*, periódico de curta duração, indicava, já na década de 30, os rumos

intelectuais que o Brasil tomaria, na pena de Magalhães e dos seus, no próximo período (CÂNDIDO, 1998).

O romantismo expresso pela revista coadunou com a produção de Magalhães. Este, na ausência de um passado medieval do qual se orgulhar, foi beber nas origens indígenas do Brasil, nas diversas tribos, e produziu um poema épico, seguindo as indicações de Ferdinand Denis, que servisse como base da nacionalidade. Produziu também teatro e, o que mais nos interessa, filosofia. O romantismo no Brasil foi transformado em nacionalismo, calcado na mistura dos diferentes povos e na luta por dotar a nação infante de um passado tão glorioso quanto o europeu em suas couraças metálicas, em suas lorigas e com suas maçãs d'armas.

Enquanto na França o positivismo começava a tomar forma e o socialismo dava seus primeiros passos, Cousin presidia filosoficamente o país com mão de ferro. Magalhães estudou na França durante a década de 30 e seguiu os cursos dos principais espiritualistas. O espiritualismo era uma doutrina que continuava a tradição francesa, a qual podemos regredir até Descartes. Para essa tradição, a principal tarefa da filosofia ou seu principal apoio era a consciência, entendida como problema filosófico primeiro, do qual os demais eram dependentes. Cousin entendia que as diferentes filosofias tinham algo de verdadeiro, mas que as questões filosóficas somente ganhavam verdadeira solução de uma das correntes, o espiritualismo. Em fato, ele considerava que somente quatro sistemas filosóficos haviam se desenhado até então: o sensualismo, o ceticismo, o misticismo e o espiritualismo. Cada um possuía verdades parciais, mas era no espiritualismo que a verdade, com V maiúsculo, se encontrava equacionada (MARGUTTI, 2013 e 2020; BARROS, 1973; MARQUES, 2007).

Cousin, que conheceu Hegel na futura Alemanha, exerceu papel de proa na educação de gerações de franceses, chegando até mesmo a ser ministro. Ele se dedicou a escrever variadas histórias da filosofia, sempre no espírito de tentar fundir as diferentes doutrinas em um todo ordenado. Era o espírito da reação contra as conquistas intelectuais do século precedente, o século das Luzes, e suas consequências políticas. No dizer de Gutting, “o espiritualismo foi uma posição tipicamente conservadora, um nicho intelectual confortável para os apoiadores de uma política burguesa de elite e da cristandade católica” (2001, p. 12).

O Brasil já estava acostumado com esse gênero de ecletismo. No plano filosófico, a principal obra usada então de referência nas poucas escolas era o Genuense, como ficou conhecido Antônio Genovesi. Ele era o representante mais destacado do iluminismo católico ou do empirismo mitigado, conforme se use as referências de Margutti (2013) ou de Paim (1987), respectivamente. Portugal, como ademais a Espanha, ficara defasada em relação ao restante da Europa. Ali, as sucessivas revoluções filosóficas e científicas, que tinham no norte do continente sede, passaram despercebidas, em benefício da lealdade à

Roma e sua Igreja. Tanto é assim que os historiadores das ideias falam de uma segunda escolástica portuguesa, onde se valorizaria o Estagirita e sua versão aquiniana contra as inovações de um Bacon ou Descartes. Se essa visão de Paim é contestada, por exemplo, por Margutti, que insiste no fato de que Portugal tentou responder às questões modernas e que, no caso específico do Brasil, não se deve simplesmente pensar que a Escolástica fora copiada no país; não se pode negar que a mistura de fontes modernas e antigas guiou a feitura da filosofia de então. Até mesmo Pinheiro Ferreira, insigne filósofo da corte de Dom João VI, buscou unificar o empirismo inglês com Aristóteles. E a resposta portuguesa aos avanços da modernidade foi justamente um iluminismo católico, que preservasse o rei e a fé, o trono e a batina, diante do assim dito ateísmo e sensualismo do mundo hodierno (MARGUTTI, 2013).

Podemos ir além. Como mostra Mercadante (1980), a base da política brasileira no século XIX era a conciliação. Nem conservadores nem liberais tentavam romper o *status quo*, com raras exceções. Com esse *élan*, não se admire que as elites dirigentes da época tenham ganho gosto justamente por uma doutrina que pregava essa conciliação não só em política, mas também no campo das ideias. Salvar a monarquia, a escravidão, o latifúndio, a Igreja, etc. Na seara filosófica, salvar as ideias tradicionais e a primazia no espírito em benefício de uma postura já consagrada, unindo assim modernidade, no que ela não afetasse as posições dessa mesma elite dirigente, com a tradição, que sacramentava práticas constantemente rejeitadas.

3. A primazia do eu e a filosofia de Magalhães

Conforme dito, Gonçalves de Magalhães tinha um projeto teórico de fundar espiritualmente a nação tornada independente. Para tanto, agiu em três campos: as artes, a filosofia e a política. No campo das artes, foi o principal defensor do romantismo, e desenvolveu uma épica que, assim como a *Ilíada* e a *Odisseia* serviram de suporte para a nacionalidade grega, fornecesse as bases para o jovem país. Essa épica, *A confederação dos tamoios*, foi julgada muito diversamente por seus contemporâneos. Hoje, não desperta tanto interesse. Nesse sentido, Magalhães foi bem sucedido à época, dada as polêmicas que seguiram ao texto, mas mal sucedido na posteridade, visto que sua obra passa despercebida para as gerações futuras (BARROS, 1973).

No campo da política, Magalhães era um liberal, contra a escravidão, mas católico e monarquista. Era um defensor do trono e amigo pessoal de Pedro II. Tanto era assim que Magalhães foi designado por duas ocasiões secretário de Caxias e fez carreira como embaixador do Brasil em distintos países, inclusive junto à Santa Sé. Magalhães foi deputado, de carreira tímida, e se destaca por ter apresentado projetos que focavam na questão da educação, então em frangalhos no país (BARROS, 1973).

O projeto de balizar a filosofia encontrou vazão em três grandes livros e em textos menores (BARROS, 1973). No que segue, buscaremos mostrar como, em *Fatos do espírito humano*, Magalhães pode ser entendido como defendendo a monarquia. Trata-se de uma “inauguração filosófica” (CANHADA, 2020, p. 63). Explique-se: como nota Margutti (2013), já havia múltiplas obras de filosofia no Brasil de então, além de obras várias, mas com interesse filosófico, como Padre Vieira ou Manoel da Nóbrega. Mas Gonçalves de Magalhães é o primeiro a publicar um texto completo de filosofia que não fosse mero compêndio ou obra de um estrangeirado (CANHADA, 2020).

Cruz Costa faz troça do estilo de Magalhães (1967, p. 81). Em fato, o *Fatos do espírito humano* é um livro barroco, onde o argumento é repetido muitas vezes, até a exaustão: as páginas se sucedem e ficamos presos nas mesmas ideias. As teses filosóficas, por sua vez, escasseiam diante de tantas dobras argumentativas. Para Magalhães, as questões filosóficas não podem deixar de ser postas pelo ser humano (MAGALHÃES, 2004). Há um nível filosófico dos problemas, o qual não se pode nem se deve ignorar. A filosofia e as questões por ela abarcadas são uma “necessidade fundamental do espírito humano” (MAGALHÃES, 2004, p.53)

Mas o cerne do livro é dedicado ao principal problema e inovação de Magalhães, as diferenças entre percepção, sensação e impressão.

A sensação, como todo mundo sabe, é um ato interior, uma modificação da faculdade de sentir, como se diz geralmente, e não poderia jamais ser referida a um objeto exterior, como o é por todos nós, se a alma não tivesse naturalmente a faculdade de o fazer “ (MAGALHÃES, 2004, p. 135).

Ou seja, a sensação é um ato do espírito, que coaduna os dados da percepção, com as formas da razão, que está em nós porque Deus se a pôs, ou seja, porque somos espírito, frutos da causa primeira. Prossegue Magalhães:

A faculdade de saber que é individual, subjetiva, toma diversos nomes segundo os seus diversos atos provocados pela razão e sensação. Assim ela começa pela percepção sensível, na qual entra somente enquanto consciência do sujeito que a possui. Mas nesse primeiro ato concorrem dois elementos estranhos a ela, duas condições objetivas, sem as quais não haveria percepção; esses dois fatos conjuntos são de um lado a sensação fenomenal e significativa, do outro as intuições da razão pura, reais e objetivas (2004, p. 248)

Ou seja, sensação é diferente de percepção; esta é menos intelectual, está em um nível acima. Há ainda a impressão, mero fato físico. As sensações só se podem imprimir no entendimento porque há na alma uma forma preestabelecida que permite a recepção destas. A alma precede o corpo e sucede-lhe finda a vida corporal.

Magalhães supõe que a sensibilidade não é um atributo da alma, mas de algo que ele chama de força vital:

A sensação, ao menos algumas, pode estar na força vital, sem consciência, sem memória, sem percepção exterior; e o ser vivo mover-se, guiar-se por elas, sem as referir á coisa alguma, sem objectivá-las. Ter sensações, rigorosamente falando, não é o mesmo que ter consciência das sensações, nem o mesmo que ter percepções; como respirar, e mover-se não é o mesmo que ter sensações da respiração, e do movimento (2004, p. 166).

Haveria, destarte, as meras impressões, fato puramente físico, a sensibilidade, ligada à força vital, e a percepção, faculdade da alma imortal.

Eis o cerne do livro, ao qual Magalhães dedica muitas páginas, talvez influenciado pelo neoplatonismo, como especula Roque Spencer Maciel de Barros (1973), em um dos estudos mais completos já publicados sobre Magalhães. Nos foquemos nas páginas finais, no último capítulo onde, exposta essa tese, Magalhães chega o mais próximo possível de uma filosofia política, tema do qual ocupou-se muito pouco diretamente.

Gonçalves de Magalhães afirma que

do que até aqui fica demonstrado, podemos concluir que este universo sensível é uma reverberação do universo intelectual, que existe no pensamento de Deus, e que se corporiza para nós pelo reflexo das nossas intuições e sensações: que essas sensações não são qualidades de nenhuma substância finita, e atômica, mas simples sinais dos movimentos dos pensamentos de Deus, que por elas se nos tornam sensíveis; do mesmo modo que se nos fosse possível perceber por meio de sensações todos os atos de qualquer espírito humano, eles nos pareceriam movimentos rápidos, e os seus pensamentos nos pareceriam objetos corpóreos (2004, p. 349).

Trata-se, destarte, de uma profissão de fé idealista. O mundo existe porque Deus o pensa e nós somos reflexos do pensamento divino assim concebido. Os diferentes espíritos são também pensados pela mente divina, e tem consciência de si. Magalhães arrebatada: (...) “tendo Deus pensado a ordem social” (2004, p. 354). Como Deus cria com o pensamento e o mundo somente se mantém porque Ele segue pensando-o, temos que a ordem social é fruto das maquinações divinas, inclusive a escravidão e a monarquia. Com isto, Magalhães sacraliza a ordem presente, e tenta eternizar sua realidade social em uma transcendência divina.

Deus está presente à ordem social; ele não a deixou entregue à mercê da vontade caprichosa de alguns homens; ele previu tudo, e deixando toda liberdade ao espírito humano para pensar e determinar como quisesse, obrigou-o pela razão e pelo corpo a conformar-se à ordem providencial dos seus infalíveis planos, para o maior bem das suas criaturas (MAGALHÃES, 2004, p. 359) .

Que diferença em relação a um Castro Alves, para citar outro poeta! Para Magalhães, “não podemos deixar de aceitar as condições da nossa existência nesse mundo; a razão nos aconselha a conformarmo-nos voluntariamente aos sábios decretos da Providência, sempre justa” (2004, p. 360). E, se ele apregoa uma moral do dever absoluto, sendo o homem social, o ato deve ser julgado como bom,

belo e justo se conserva e aperfeiçoa a sociedade. O homem moral é também religioso, quer dizer, cristão. Ser justo é seguir seus deveres, independentemente do cálculo de interesses, a fim de agradar a Deus. Não se trata de um chamado para que o escravo se resigne? Para que o pobre não se revolte? Para que as mulheres se abstenham? A moral do dever de Magalhães, o corolário de sua filosofia calcada na preeminência do eu, é a conservação da sociedade tal qual ela se dava. O Deus que cria e mantém o universo com o pensamento encontra sua contraparte no imperador que, com seus decretos e figura, cimenta a ordem social e a mantém tal qual ela se dá.

Conclusões

Em suma, para Magalhães:

A ordem geral do universo é sempre a mesma, porque ela é boa, bela, justa, e a melhor que podia ser, mas o Supremo Poeta sabe conciliar uma infinita variedade com a mai perfeita unidade, e renova a todo instante cada um dos seus pensamentos conservando as leis e os tipos de todas as coisas (2004, p. 345)

Vimos como a filosofia de Gonçalves de Magalhães é uma tal que recomenda o quietismo político, o conformismo com as condições de vida e as loas à sociedade tal qual ela se encontra. Não que ele seja fatalista. Admite a liberdade humana, no quadro de um Deus onipotente e onisciente. Mas essa liberdade não se deve pautar por uma moral que ele chama de egoísta em benefício de uma moral do dever, quer dizer, de uma moral que se oriente pela defesa e prática do Evangelho, o que, no contexto do Segundo Império, significava defender a ordem social tal qual ela se encontrava.

No quadro de sua interpretação como estratégia, o corolário de Magalhães é conservador, guiado pela defesa da monarquia e de suas instituições. Ele escreve em um momento de triunfo total do espiritualismo e do romantismo no Brasil, coroando, com sua filosofia, uma obra já acabada, mas que sofreria, já nos decênios seguintes, fortes abalos, terminando por sucumbir frente a outras correntes de pensamento, das quais Magalhães tentará defender sua obra nos últimos escritos (BARROS, 1973).

A filosofia de Magalhães é uma estratégia na medida em que tenta orientar no porvir a conduta dos homens, enquadrando política e moralmente sua conduta nos marcos do cristianismo, da monarquia e do ecletismo. Neste ínterim, Magalhães é um episódio da consciência conservadora no país, um que buscou se expressar de variadas maneiras, sempre preocupada com o louvor da pátria. Neste sentido, essa direita verdadeiramente nacionalista já não existe no país ou encontra-se muito reduzida. Faria bem aos próceres conservadores da atualidade a leitura de Magalhães, que segue esquecido, em benefício de autores nitidamente menos dotados, embora mais falantes.

Bibliografia

- BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A significação educativa do romantismo brasileiro: Gonçalves de Magalhães*. São Paulo: Grijalbo/EDUSP, 1973
- CÂNDIDO, Antônio. *O romantismo no Brasil*. São Paulo : Humanitas / FFLCH, 2004.
- CANHADA, Júlio. *O discurso e a história. A filosofia no Brasil no século XIX*. São Paulo: Loyola, 2020
- CERQUEIRA, L.A. Estudo introdutório. In: GONÇALVES DE MAGALHÃES, D. J. *Fatos do espírito humano*. Petrópolis: Vozes/ ABL, 2004
- _____. *Filosofia brasileira: Ontogênese da consciência de si*. Petrópolis: Vozes/ FAPERJ, 2002
- CORBISIER, Roland. *Filosofia política e liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975
- COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das ideias no Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1967, 2ª ed.
- _____. Entrevista com João Cruz Costa. *Trans/Form/Ação*, Marília, V. 2 34, P. 87-94, 1975, disponível em <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/transformacao/article/view/1061/959>. Acessado em 18/04/2021
- LUIZ, F. *Poder e história: o conceito de estratégia em Michel Foucault*. Dissertação de Mestrado. Marília, 2021. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/204355>>, acessado em 28/03/2023
- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Fatos do espírito humano*. Petrópolis: Vozes/ ABL, 2004
- GUTTING, Gary. *French philosophy in the Twentieth Century*. London: Cambridge University Press, 2001
- MARGUTTI, Paulo. *História da filosofia do Brasil: o período colonial*. São Paulo: Loyola, 2013
- _____. *História da filosofia do Brasil: a ruptura iluminista*. São Paulo: Loyola, 2020
- MARQUES, Ubirajara Rancan de Azevedo. *A escola francesa de historiografia da filosofia*. São Paulo: EDUNESP, 2007
- MERCADANTE, Paulo. *A Consciência Conservadora no Brasil: Contribuição ao Estudo da Formação Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, 3ª edição [1965]
- PAIM, Antônio. *História das ideias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Convívio, 1987, 4ª ed.
- PINTO, Álvaro Borges Vieira. *Consciência e realidade nacional: a consciência ingênua*. RJ: ISEB, 1960a, vol. I

_____. *Ideologia e Desenvolvimento Nacional*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960b



LUIZ, Felipe. FILOSOFIA COMO ESTRATÉGIA: ESTUDO DE CASO EM GONÇALVES DE MAGALHÃES. *Kalagatos*, Fortaleza, vol.20, n.2, 2023, eK23044, p. 01-11.

Recebido: 04/2023

Aprovado: 05/2023